

## Neoliberalismo, precariedade e diversidade: notas sobre a circulação de pesquisadores indianos na universidade britânica



Vinicius Kauê Ferreira<sup>1</sup>

### Resumo

A partir de uma pesquisa sobre as circulações de pesquisadores indianos em ciências sociais na Europa, analiso as articulações entre neoliberalismo e precariedade acadêmica na universidade britânica a partir de um ponto de vista pós-colonial. Para tanto, o artigo está estruturado do seguinte modo: (i) introduzo e situo sociológica e historicamente o objeto deste estudo; (ii) realizo uma discussão conceitual que coloca em perspectiva quatro questões-chave: neoliberalismo, precariedade, mobilidade e pós-colonialidade; (iii) por fim, demonstro etnograficamente como diásporas e o discurso da diversidade têm um papel fundamental na compreensão de movimentos contemporâneos de neoliberalização da universidade. De modo geral, argumento que uma história colonial e pós-colonial, mais recentemente atualizada em discurso decolonial, é apropriada pelo sistema universitário europeu na produção de uma economia global do conhecimento eminentemente neoliberal.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo, Precariedade, Universidade, Pós-colonialismo, Decolonialidade

### Abstract

Drawing on an ethnographic research on the circulation of Indian social scientists in Europe, I analyze the articulations between neoliberalism and academic precarity in the British university from a postcolonial point of view. To this end, the article is structured as follows: (i) I begin by introducing and sociologically and historically situating the object of this study; (ii) I conduct a conceptual discussion that articulates four key issues: neoliberalism, precarity, mobility, and postcoloniality; (iii) finally, I ethnographically demonstrate how diasporas and the discourse of diversity play a key role in understanding contemporary movements of neoliberalization of the university. Overall, I argue that a colonial and postcolonial history, more recently updated into decolonial discourse, is appropriated by the European university system in the production of an eminently neoliberal global knowledge economy.

**Keywords:** Neoliberalism, Precarity, University, Postcoloniality, Decoloniality

---

<sup>1</sup> Pesquisador em Pós-Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: [vinikaue@gmail.com](mailto:vinikaue@gmail.com)

*Ultimately, the postcolonial and neoliberal frameworks will begin to converge, as most postcolonies will, through one or another mechanism, be neoliberalized.*

Sherry B. Ortner, « On neoliberalism ».

Quando iniciei minha investigação etnográfica sobre pesquisadores indianos em ciências sociais que fazem carreira acadêmica na Europa, tinha em mente encontrar pesquisadores que haviam conseguido se estabelecer no competitivo meio acadêmico europeu. Enquanto pesquisador do Sul Global, estava inicialmente interessado em uma série de debates epistemológicos em torno da noção da legitimidade de fala desses pesquisadores como representantes da crítica pós-colonial na Europa. Pensava então no modo como trajetórias intelectuais articulavam-se com debates epistemológicos e institucionais sobre as condições de produção e circulação de conhecimento. Entretanto, logo no início de meu campo, além dessas trajetórias de êxito profissional, eu encontraria também um grande número de pesquisadores em situação de “precariedade”, ou seja, cuja vida é construída através de posições temporárias, de instituição em instituição, em busca de uma posição permanente. Eles fazem parte de uma massa de doutores, mais ou menos jovens (entre seus 30 e 40 anos), que transitam entre países de diferentes continentes ocupando posições de pesquisa com duração determinada (pós-doutorados e outras categorias, como *global scholar*, *visiting scholar*, etc.). Se a carreira global, construída em diferentes países e instituições de prestígio, adequa-se a uma certa ideia que podemos ter sobre o intelectual cosmopolita, a maioria desses interlocutores deseja fixar-se em uma universidade. Para eles, a perspectiva de um emprego, uma filiação institucional e a construção local de uma vida estável representam uma etapa fundamental dentro de um projeto profissional e de vida, ao passo que a circulação indefinida aparece como um imperativo da carreira precária. Eles circulam em busca de uma sempre nova “oportunidade”.

Essas oportunidades, segundo muitos de meus interlocutores, consistiam em uma necessidade; e a diversidade do corpo docente e científico, para além dos discursos de promoção de justiça social, aparece como um *ativo* no seu sentido financeiro, próprio à economia da abstração que caracteriza o neoliberalismo (DARDOT e LAVAL, 2010). Partindo desta dupla constatação, o presente artigo busca contribuir para uma compreensão do neoliberalismo universitário europeu a partir de um ponto de vista pós-colonial. Mais

precisamente, parto de uma pesquisa etnográfica sobre cientistas sociais indianos que fazem carreira acadêmica na Europa a fim de discutir formas de reapropriação de uma longa história colonial e pós-colonial na construção de um campo acadêmico globalizado, cada vez mais pressionado por políticas neoliberais de financiamento (expressas nas lógicas de “flexibilização” do trabalho também no meio científico) e para o qual a diversidade se torna um capital econômico e político.

Para isso, demonstro como as políticas de mobilidade acadêmica entre a Europa e suas antigas colônias participam de um duplo movimento histórico: no plano científico, a universidade neoliberal transforma diversidade cultural em *commodities* cujo valor é diretamente proporcional à sua capacidade de atração de um alunado pagante e de fontes de investimento; no plano institucional, a promoção da mobilidade transnacional, em um momento histórico e inédito de abertura das instituições europeias à contratação de intelectuais do Sul Global, adequa-se a um intenso processo de precarização do trabalho acadêmico do qual depende a grande disponibilidade de uma enorme quantidade de pesquisadores altamente qualificados. Exploro ainda a relação entre políticas científicas, institucionais e eleitorais entre Norte e Sul a fim de demonstrar etnograficamente como a diversidade é transformada em um ativo econômico e político próprio a um sistema acadêmico neoliberal e precarizado.

O artigo está estruturado da seguinte forma: começo com uma necessária contextualização histórica que permite ao leitor situar o campo de pesquisa no interior de antigas e complexas relações acadêmicas, culturais e econômicas fundamentais ao que discuto aqui. Em seguida, desenvolvo, ao longo de três seções, considerações essencialmente conceituais sobre as intrincadas relações entre neoliberalismo, mobilidade e colonialidade. Por fim, exploro situações etnográficas precisas para demonstrar como lógicas neoliberais da universidade britânica correspondem a processos contemporâneos de rearranjo de uma geopolítica do conhecimento em grande medida dirigida às relações Norte-Sul. Argumento que a universidade britânica é crescentemente pautada em uma diplomacia científica, eleitoral e econômica na qual as diásporas têm um papel fundamental. Concluo propondo uma síntese desses pontos de modo a sustentar que o neoliberalismo universitário britânico, representado neste artigo pela questão da precariedade, precisa ser entendido através de uma complexa “economia do conhecimento” (WRIGHT, 2016) eminentemente pós-colonial.

## 1. Situando o campo

Os dados que analiso aqui são oriundos de uma pesquisa etnográfica multissituada conduzida entre 2015 e 2017 e que teve como campo centros de pesquisa do Reino Unido, Alemanha, Suíça e Índia. O objetivo desta pesquisa foi estudar as condições de construção de carreiras acadêmicas de cientistas sociais indianos na Europa contemporaneamente, buscando compreender a complexa relação entre trajetórias individuais, práticas institucionais, debates teóricos e políticas científicas. Olho assim para as formações contemporâneas de uma longa história de circulações acadêmicas, que data ao menos do século 18, e que inaugura, nos anos 2000, um novo capítulo: os séculos 18 e 19 foram marcados por relações intelectuais submetidas às assimetrias coloniais, com a apropriação intelectual do trabalho de *pânditas*, seguidos pela emergência progressiva, ao longo do século 19, de uma *intelligentsia* local versada nas tradições intelectuais locais e europeias, já o século 20, período de ruína dos impérios coloniais, foi marcado pela fundação, especialmente no Reino Unido, de instituições de ensino voltadas à atração de jovens das elites coloniais em um projeto de manutenção da influência europeia sobre grupos de suas antigas colônias.

O que muda no século 21 é não apenas o aprofundamento massivo dessa política de atração de jovens das pós-colônias, mas sobretudo o fato de que essas instituições passam a contratar esses sujeitos que antes eram enviados de volta para casa. O objetivo desta pesquisa, portanto, foi compreender quais condições contribuíram para esta mudança e como esse novo horizonte tem sido vivido por esses sujeitos. Tendo em vista a centralidade nesta pesquisa de uma perspectiva histórica de “longa duração” (BRAUDEL, 1958), cabem algumas notas de contextualização desta pesquisa. É importante saber que os anos 1990 são conhecidos, na Índia, como o período de “liberalização” do país, termo amplamente empregado para descrever um momento de privatizações, atração de capital estrangeiro, criação de grandes centros de tecnologia e, no campo universitário, redução dos investimentos públicos em ensino superior (CHATTERJEE, 2002) e profunda desvalorização da carreira acadêmica (BAYLY, 2007). Este período marca o fim de uma era conhecida como *soft socialism*, termo empregado para descrever o sui generis modelo econômico indiano da segunda metade do século XX, caracterizado pela combinação entre

economia de mercado capitalista e planejamento econômico socialista com pesados investimentos do Estado na construção de uma classe média urbana estável e moderna.

Evocar estas transformações históricas é duplamente importante. Primeiramente porque essa história produziu imaginários profundamente enraizados na formação desses jovens relativos à figura do intelectual indiano moderno e cosmopolita. Sobretudo para as classes médias e altas castas, a ideia do intelectual indiano contemporâneo ainda passa pela formação europeia (ou nos Estados Unidos e, cada vez mais em novos destinos, como a Austrália e grandes centros asiáticos). Ademais, essas transformações têm uma relevância heurística em termos geracionais: os jovens indianos que partiam e ainda partem para a Europa são, em sua imensa maioria, oriundos de famílias de classes médias e altas, muitas das quais empregadas no serviço público indiano, ou mesmo em funções de ensino superior, representativas do final do período de *soft socialism*. Elas cresceram em famílias profissionalmente estáveis, para as quais os estudos na Europa representavam uma perspectiva de bom emprego no retorno à Índia. Contudo, os anos 2000, pós-liberalização, testemunharam a desvalorização do serviço público e a contestação de privilégios historicamente assegurados a tais classes médias, como a implementação nacional de quotas nas universidades indianas, política esta à qual se opôs boa parte da elite indiana. Ao mesmo tempo, a inédita perspectiva de fazer carreira acadêmica na Europa foi acompanhada de uma intensa proliferação de postos temporários em detrimento de posições permanentes de ensino e pesquisa, o que significa o risco de *descensão social* em relação ao seu status social familiar.

É preciso dizer que a precariedade na Europa não diz respeito apenas a pesquisadores indianos, ou mesmo estrangeiros em geral; ela afeta a todos, internacionais e locais. Não à toa este tema tornou-se objeto de uma vasta literatura para a qual a precarização da vida acadêmica se difunde em todo o mundo. Em um estudo publicado em 2016, Ava Höhle e Ulrich Teichler mostram que os contratos temporários têm se tornado o *modus operandi* do emprego universitário em vários países, tais como Canadá (82%), Finlândia (34%), Japão (39%) e Reino Unido (28%). Também na Índia, os postos temporários constituem desde muitos anos cerca de metade dos postos de ensino universitário. De acordo com a Delhi University Teachers Association (DUTA), em 2016, os chamados *ad hoc teachers*, cuja limitada remuneração era acompanhada de contratos de 120 dias e um contexto político de crescentes perseguições políticas por parte do governo de extrema-direita e seus braços na administração universitária, representavam entre 40% e 50% dos 9.000 professores da Universidade de Delhi (DU)

(THAPAR, 2015). Desde 2016, as posições *ad hoc* têm sido substituídas por posições ainda mais precárias chamadas *guest teachers*, cuja remuneração é realizada por aulas dadas e não pode ultrapassar as 50,000 rúpias por mês<sup>2</sup>.

Como em muitos países europeus, também na Índia, o processo de “casualização” do trabalho acadêmico na universidade intensificou-se nos anos 1990, numa época em que a economia política do país, até então enquadrada pelo modelo já citado conhecido como *soft-socialism*, caminhava para a chamada liberalização econômica. Em uma tentativa de integrar a região do Sul da Ásia – incluindo suas universidades– em um mercado global que celebrava o triunfo do capitalismo frente à derrota do modelo econômico socialista, a Índia se juntava aos países asiáticos e da Europa do Leste que realizavam uma transição bastante abrupta da experiência (mais ou menos) socialista à (intensamente) neoliberal.

Ainda que a precarização afete tanto estrangeiros quanto locais, gostaria de argumentar que ela não o faz do mesmo modo. A experiência da precariedade, tal qual vivida por meus interlocutores indianos, mobiliza uma série de relações históricas, sociais e subjetivas próprias às relações pós-coloniais nas quais se inscrevem suas trajetórias e projetos, enfim, suas vidas em um sentido muito amplo. Ao mesmo tempo, políticas científicas e práticas institucionais específicas têm sido concebidas para a atração desses pesquisadores e sua transformação em representantes da diversidade cosmopolita que essas instituições buscam promover como ativos. Se parece haver consenso sobre o fato de que a intensa precarização do trabalho acadêmico é um sintoma de um modelo neoliberal de gestão universitária (FERREIRA, 2017), porque crescentemente pautada em lógicas de flexibilização do trabalho, produtividade, eficiência, rentabilidade e prestação de contas, parece menos evidente afirmar que a precarização, enquanto método neoliberal, articula-se com a natureza pós-colonial dessas relações Sul/Norte.

A chamada “globalização da universidade”, no qual se inscreve o discurso de mobilidade, recupera um imaginário e um passivo pós-coloniais na implementação de políticas científicas internacionais que precarizam a formação dessas chamadas “elites” cosmopolitas cuja existência está historicamente associada a uma história (pós-)colonial de circulações intelectuais, culturais e econômicas com a Europa. Não há dúvidas de que o

---

<sup>2</sup> Para fins de comparação, o salário inicial para uma posição permanente gira em torno de 80.000 rúpias mensais. Já professores *ad hoc* são pagos o equivalente ao salário inicial de um professor permanente, mas não podem receber nenhum tipo de aumento salarial mesmo após anos de ensino.

espaço global de circulações científicas oferece um grande número de especificidades de acordo com os países, com as disciplinas e até mesmo com as instituições envolvidas. De um ponto de vista da longa duração, dinâmicas contemporâneas refletem experiências coloniais e pós-coloniais muito diversas. Entretanto, o reconhecimento desta diversidade de experiências históricas não nos impede de trabalhar com conceitos abrangentes, mas heurísticamente significativos, neste caso, o Sul e o Norte Global. Como argumenta Walter Mignolo, o conceito de "Sul Global" nos permite olhar para uma paisagem geopolítica heterogênea através das dinâmicas relações históricas de dependência econômica, política e epistêmica que continuam a estruturar, mesmo que de modo radicalmente diferente, as relações desiguais na ordem global (MIGNOLO, 2014). Nesse sentido, busco aqui uma leitura pós-colonial dessas circulações precárias e, por extensão, das políticas neoliberais na universidade europeia.

## 2. Neoliberalismo e Precariedade

No contexto de minha etnografia, encontrei diversos chefes de departamentos e diretores de centros de pesquisa dessas instituições “globais”. Falando enquanto representantes dessas instituições, muitos deles reiteravam a ideia de que "os pesquisadores indianos são muito móveis, e nós valorizamos isso enormemente". Este discurso de valorização da mobilidade científica é recorrente e se alinha às políticas científicas promovidas pela Comissão Europeia pelo menos desde as primeiras etapas do Processo de Bolonha, entre 2001 e 2009 (EUROPEAN UNIVERSITY ASSOCIATION, 2005), e que seriam consolidadas ao longo dos anos com a criação da European Research Area (EUROPEAN COMMISSION, 2020). Paralelamente, as universidades europeias adotam práticas de “institucionalização da diversidade” através da promoção do que Sara Ahmed chamou de “diversity workers” para se referir a profissionais contratados para a promoção da igualdade racial, étnica e de gênero, e que incluem os próprios intelectuais dessas instituições (AHMED, 2012)<sup>3</sup>. Nesse contexto, os pesquisadores que cito acima davam vida, através de suas funções institucionais, a valores centrais das políticas científicas contemporâneas europeias, para as quais mobilidade e, muito

---

<sup>3</sup> Apesar de dominante na universidade europeia e estadunidense do século 21, a ideia de uma universidade marcada pela diversidade já era formulada pelo menos nos anos 1960 por Clark Kerr, então presidente da Universidade da Califórnia “multiversidade” [*multiversity*]. (KERR, 1963)

importante, diversidade se tornam pilares fundamentais da ideia de universidade do século 21. Mais do que isso, elas adquirem a forma de capitais simbólicos sobre os quais essas instituições capitalizam em um competitivo mercado universitário global que depende financeiramente de estratégias de atração de estudantes estrangeiros e locais, mas pertencentes a diásporas muito influentes em termos políticos e econômicos<sup>4</sup>.

Em contraponto a este discurso, muitos dos jovens pesquisadores que encontrei abraçavam certo imaginário a respeito do cosmopolitismo, mas afirmando que se sentiam parte de um “precariado” (*precarial*) que vivia de contratos temporários que lhes ofereciam vidas incertas e produziam a sensação de fracasso. Muitos consideravam que a mobilidade se convertia em uma forma de promoção da precariedade na vida acadêmica. Um de meus interlocutores, um homem de trinta anos em pós-doutorado na Alemanha, diria: “Mobilidade, mobilidade, mobilidade... é mobilidade para a precariedade. Temos que ser este tipo de força de trabalho desprendida, sem futuro, não é mesmo?”. Dito de outro modo, a mobilidade era apropriada por uma lógica neoliberal de precarização do trabalho acadêmico consonante com a precarização do trabalho em geral.

Ao apontar o lado obscuro da mobilidade, notadamente o fato de que ela se adequa perfeitamente aos princípios de precarização (também chamada de *casualisation*), o discurso de alguns de meus interlocutores nos leva a uma posição que é, no mínimo, complexa e que eu gostaria de explorar neste artigo. Por um lado, muito poucos de nós nos oporíamos à mobilidade como experiência da formação intelectual cosmopolita e do intercâmbio científico inovador. Por outro lado, uma literatura crescente tem mostrado que as instituições mais “internacionalizadas” são também aquelas com maior nível de precarização<sup>5</sup>. Para além dos dados disponíveis a este respeito, este era também um sentimento compartilhado por muitos de meus interlocutores e amplamente discutido nas conversas e reuniões quotidianas. Uma pós-doutoranda perto dos seus 40 anos, morando então em uma pequena cidade universitária alemã, explicava-me que: “Em uma reunião com a equipe, o diretor nos dizia muito claramente

---

<sup>4</sup> Em outro artigo, realizo uma longa discussão sobre os sentidos do termo “diáspora” no contexto de meu campo. Em suma, a imensa maioria de meus interlocutores nega pertencerem a qualquer diáspora na medida em que esta é frequentemente associada a grupos de classe média alta ideologicamente alinhados à direita nacionalista hindu, portanto conservadora e antimuçulmana (FERREIRA, 2020).

<sup>5</sup> Por exemplo, Peacock (2016) mostrou que os prestigiosos Max Planck Institute, que constituem uma poderosa rede de centros de pesquisa presentes em toda a Alemanha, operam essencialmente com base numa força temporária e hiperqualificada de pesquisadores internacionais. Neles, cerca de 90% dos pesquisadores trabalham sob contratos temporários que não extrapolam jamais 4 anos; os 10% dos pesquisadores permanentes da instituição ocupam, em geral, cargos de diretoria desses institutos.



que seria melhor procurarmos uma posição permanente em outro lugar. Não deveríamos ficar lá: para nós, a Alemanha é apenas um lugar de passagem”. Além disso, a ocupação de postos temporários é recorrentemente apresentada, tanto pelas instituições quanto por meus interlocutores, como uma “oportunidade”. Cabe lembrar que esta é uma ideia central no “ideário neoliberal” (LEITE, 2019) promotor da ideia segundo a qual os indivíduos devem se adaptar e demonstrar otimismo e resiliência diante da incerteza e das dificuldades.

Ainda que a adoção de políticas neoliberais na administração da universidade e de instituições científicas date ao menos dos anos 1980 (Gledhill 2020), a emergência de uma literatura dedicada à relação entre neoliberalismo e produção de conhecimento, sobretudo no contexto europeu e estadunidense, data do início dos anos 2000. Algumas iniciativas têm tido sucesso na construção de quadros teóricos mais sistemáticos de entendimento das transformações recentes do sistema acadêmico global, como é o caso das análises realizadas por Susan Wright acerca do papel mutante das universidades no interior do que conceituam como “economia do conhecimento” (WRIGHT, 2016). Em seus trabalhos sobre as políticas científicas contemporâneas de avaliação e reforma universitária, eles analisam um conjunto de práticas responsáveis pela reformulação do *modus operandi* das universidades europeias sob a égide de modelos organizacionais que veem as universidades como símbolos de uma *economia* global do conhecimento que passam a seguir padrões de rentabilidade e eficácia similares a instituições econômicas. Deste ponto de vista, as instituições científicas e de ensino superior europeias pautam-se cada vez mais em lógicas de prestação de contas ao mercado e a seus investidores públicos e privados garantidores de recursos para a pesquisa e manutenção de suas estruturas.

Apesar de recente, o debate sociológico e antropológico tem desenvolvido, ao longo dessas duas décadas, importantes reflexões sobre as diversas expressões das políticas neoliberais no meio científico, dentre as quais: a introdução na administração universitária de práticas gerenciais próprias ao setor financeiro; uma “cultura do controle” [*audit culture*] caracterizada pela vigilância sobre a produtividade de pesquisadores e o impacto de seu trabalho (STRATHERN, 2000; MITCHELL, 2014; KNOWLES e BURROWS, 2014); o impacto das lógicas bibliométricas nas práticas de pesquisa e publicação (FERREIRA, 2020; ROWLANDS e WRIGHT, 2020) ; a aguda mercantilização do conhecimento científico; o risco de perda de autonomia científica e profissional de um ofício ao qual a liberdade de pensamento e cátedra continua a ser um elemento caro (MAIA, 2019); a

burocratização do trabalho acadêmico em detrimento da pesquisa; a transformação das universidades em uma instituição orientada à produção de mão-de-obra qualificada (SARKAR, 2020); a formação de subjetividades “neuroliberais” (LOVEDAY, 2018) pautadas no sentimento de fracasso, necessidade de autocontrole e gestão empresarial de si (DARDOT e LAVAL, 2010); e, mais recentemente, a precarização da vida acadêmica através da proliferação de postos temporários de ensino e pesquisa (FERREIRA, 2018).

Em relação ao debate sobre precariedade, apesar de relativamente recente como categoria analítica nas ciências sociais, deve-se reconhecer que uma vasta literatura constitui um campo de discussão ao mesmo tempo frutuoso e pouco consensual a respeito de seus significados e usos, como lembra Cyprien Tasset (2017). Em um artigo que se tornou referência para este debate na Europa, Jean-Claude Barbier (2005) ressalta a origem inicialmente política do termo, que data do campo político francês dos anos 1980, antes de entrar no debate acadêmico na França através da sociologia da família, para apenas depois ser apropriado por uma sociologia do trabalho e finalmente se tornar uma categoria abrangente das mais diversas e imbricadas instâncias da vida social<sup>6</sup>. Estes desdobramentos mais recentes da noção de precariedade ficam claros na discussão sobre a precariedade no trabalho (ARABANDI, 2011; BUREAU, 2016; STANDING, 2011), de políticas de controle do Estado sobre grupos racializados (WACQUANT, 2012a), sobre a precariedade de corpos abjetos e práticas afetivo-sexuais não-heteronormativas (BUTLER e ATHANASIOU, 2013), sobre o trabalho da precariedade sobre os afetos (BERLANT, 2011), além das suas formas que nos interessam mais diretamente aqui: a precariedade do trabalho acadêmico (ERGÜL e COŞAR, 2017; GILL, 2013; TEEUWEN e HANTKE,

---

<sup>6</sup> É interessante notar que a tradução francesa do Manifesto do Partido Comunista publicada ainda em 1896 no livro de Antonio Labriola, *Essais sur la conception matérialiste de l'histoire*, já opta pelo termo “*précaire*” na tradução do termo “*unsicher*”, cuja tradução mais direta seria “*incertain*” (incerto). A seguir o trecho em questão na tradução brasileira, que opta pelo termo “*instável*”: “A concorrência mais acirrada entre os burgueses e as crises comerciais dela resultantes tornam o salário do trabalhador cada vez mais *instável*” (MARX e ENGELS, 2008 [1848], p. 25, grifo do autor). A tradução francesa é coerente com a origem francesa da palavra e seu sentido historicamente consolidado na designação de relações de trabalho baseadas em modalidades contratuais inseguras. Nesse sentido, a escolha dos tradutores franceses não causa espanto visto que Marx e Engels analisam os efeitos das transformações do sistema de produção capitalista e nas condições de vida dos trabalhadores. O importante aqui é ressaltar que em Marx e Engels o capitalismo já era tratado como um sistema de produção de incertezas (que certa filosofia e sociologia francesas traduzirão como precariedade) resultantes de transformações aceleradas da economia global, mas também no mundo moral, religioso e político. E tudo isso no contexto de um mercado que se está “globalizando” com base na “exploração” da “civilização para as nações mais bárbaras” (ibid., p. 24).

2007; PEACOCK, 2016) em sua relação com o neoliberalismo (BOURCIER, 2016; BOURDIEU, 1998; ERGÜL e COŞAR, 2017; WACQUANT, 2012b)

A partir dos anos 2000, o conceito de precariedade adquire uma dimensão englobante para se tornar um significante da vida contemporânea em sua totalidade. Desse modo, o momento histórico atual é marcado por uma globalização que produz *vidas* precárias (AGIER, 2013; BUTLER, 2004; KHOSRAVI, 2017) em todas as suas dimensões e níveis de estratificação social. Como resultado, a precariedade torna-se uma espécie de fato social total, ou seja, um fato que coloca "em alguns casos toda a sociedade e suas instituições em movimento" (MAUSS, 1924, p. 179, minha tradução). É na linha destes debates que Lauren Berlant afirma que:

[...] uma precariedade difundida fornece a estrutura dominante e a experiência do momento presente, atravessando a classe e as localidades? Há um amplo consenso sobre o surgimento desta situação, mas as descrições das populações afetadas se desviam radicalmente dos trabalhadores em regimes de trabalho imaterial e da classe trabalhadora histórica para a classe gerencial global; neobohemianos que vão para a universidade, vivem de empregos em tempo parcial ou temporários e, às vezes, da doação de arte; e, bem, todos cujos corpos e vidas estão saturados por forças e ritmos capitalistas. (BERLANT, 2011, p. 192).

A contribuição de Berlant está no modo como ela articula não apenas precariedade e emoções, mas também ambas com o espaço público a fim de refletir sobre os novos "componentes afetivos da cidadania e a esfera pública" (Ibid., p. 3, minha tradução). Enfocando as consequências da quebra da promessa socialdemocrata do pós-guerra em favor das políticas neoliberais a partir dos anos 80, seu trabalho traça "o surgimento de uma esfera pública precária, um público íntimo de sujeitos que navegam cenários de contingência econômica e íntima e paradigmas comerciais de como viver melhor" (Ibid.). Este uso do conceito "precário" exemplifica a referência cada vez mais comum a um mundo constantemente em crise, onde as crises "se amontoam umas sobre as outras", e as pessoas devem constantemente desenvolver estratégias econômicas, políticas e emocionais para, como o autor repetidamente afirma, "se virar" [*live on*].

Além disso, a precariedade é aqui não apenas uma condição estrutural característica do contemporâneo em todas as suas formas - política, econômica, estética, subjetiva, entre outras - mas também uma relação afetiva com este mundo. Que relação construímos com

o presente e o futuro, ou com o espaço no qual a vida é realizada? Que sentimentos nos conectam aos nossos desejos e às possibilidades concretas de sua realização? Que ações e pensamentos marcam nossa relação com a política, o mercado, o trabalho e a intimidade? É precisamente este desdobramento holístico do termo que nos interessa aqui.

Quanto à origem da palavra, Berlant lembra que em sua raiz "a precariedade é uma condição de dependência - como termo legal, 'precário' descreve a situação em que o inquilinato em sua própria terra está nas mãos de outrem " (Ibid., p. 192). Do latim *prex*, *prec-* "oração, súplica" + *-ous*, que é "obtido por oração", "obtido por súplica" ou "dado por complacência" (GAFFIOT, 1934, p. 1234). De acordo com a *Encyclopédie Universelle*, *precário* definia já no século VIII um sistema legal criado na França por Pepin Le Bref no qual terras que haviam sido espoliadas da Igreja pelo seu pai foram devolvidas à Igreja sem serem tomadas daqueles que trabalhavam nelas. Uma vez devolvidas à Igreja, estas terras foram novamente entregues aos súditos do rei, desta vez sob a forma de *précaires*. Em 1336, o termo *précoire* refere-se a uma relação jurídica entre proprietário e inquilino "que é exercida somente por meio de uma autorização revogável", ou seja, um usufruto "à vontade de seu proprietário", sem outra segurança legal que não seja sua vontade ou prazer. Em 1618, *précaire* se referia a um contrato "cujo futuro, cuja duração não está assegurada" (D'AUBIGNÉ, 1886 [1616], p. 346), e era então amplamente utilizado no mundo jurídico, bem como na filosofia e na literatura, seguidamente para se referir à ausência de direitos ou condições dignas de vida. Seu significado contemporâneo é o resultado destas transformações linguísticas e jurídicas.

A reconstrução etimológica e histórica do termo é importante na medida em que o que está em questão aqui é precisamente sua relevância para a análise de um certo número de transformações contemporâneas que remetem a antigas formas de relação de poder. Embora seja verdade que devemos evitar qualquer uso anacrônico do termo - como dizer que a história da palavra atesta o fato de que a precariedade existe há séculos - tal restituição etimológica nos permite compreender a relação histórica entre uma palavra e suas transformações sociais permanentes. Berlant vai nessa direção ao associar essa condição precária com a dinâmica contemporânea específica do estágio neoliberal do capitalismo. A precariedade é definida aqui como uma espécie de dependência estrutural "potencializada por um contexto de instabilidade financeira constante e institucionalizada, pelo enfraquecimento do Estado social, por uma chamada "flexibilização" das relações de

trabalho e pelo desenvolvimento de políticas humanitárias para a gestão da pobreza e da sobrevivência". Embora a autora reconheça que a instabilidade econômica não é historicamente nova, especialmente na história do capitalismo, ela está de acordo com as perspectivas apresentadas por David Harvey (2007), que argumenta que o neoliberalismo mobiliza tal relação de instabilidade produzindo precariedade de formas e intensidade sem precedentes.

As relações macrosociológicas que estabelece Berlant entre uma herança semântica particular e seu significado contemporâneo - especialmente a sua relação com o neoliberalismo - são de certa forma invertidas por Vita Peacock. Interessada na relação entre hierarquia (do ponto de vista da sociologia de Louis Dumont) e precariedade acadêmica, a etnógrafa critica as continuidades históricas propostas por Berlant entre a Idade Média e o neoliberalismo: "Em vez de unir Berlant neste salto cósmico, eu gostaria de manter o argumento ctônico" (PEACOCK, 2016, p. 97). Ela nos lembra, com razão, que a questão antropológica deve permanecer centrada no fato de que essa dependência estrutural é, antes de tudo, e como a etimologia da palavra precária demonstra, uma relação social entre duas ou mais pessoas: "Se uma existência precária é um lado de uma dinâmica recíproca na qual se vive à vontade ou prazer de outra pessoa, então a primeira pergunta que se segue é - exatamente quem é essa pessoa? (Ibid.). Assim, Peacock enfatiza que a precariedade, mais do que uma relação de dominação abrangente, é realizada como uma relação de negociações e estratégias transversais que devem ser estudadas etnograficamente.

Ao entrar nestes debates, Régis Pierret (2013) pretende matizar as diferentes formas contemporâneas deste fenômeno com a ajuda de uma distinção entre os "protegidos" (*protégés*), os "precarizados" (*précarisés*) e os "precarizáveis" (*précarisables*). Na medida em que Pierret concorda com a literatura acima mencionada de que a precariedade atual é aquela que começa a alcançar aqueles que sempre foram os "protegidos", o sociólogo argumenta que estes últimos ainda existem enquanto uma elite minoritária, enquanto os "precarizáveis" são aquela geração que está experimentando a transição entre estas duas categorias. Os pesquisadores que encontrei e dos quais falo aqui são precisamente esta categoria em transição, como mostrarei mais adiante através da noção de mobilidade para baixo.

### 3. Precariedade e Colonialidade

Não obstante a existência dessa vasta e densa literatura, e sua capacidade em identificar uma série de temas próprios à problemática das políticas neoliberais no ensino superior, esta mesma literatura permanece ancorada em um sólido eurocentrismo metodológico. Isso porque estas análises evocam frequentemente um sistema acadêmico “global” que dificilmente extrapola, na prática, as fronteiras da Europa e da América do Norte, como se para entender esse sistema global fosse suficiente compreender o que se convencionou chamar seu “centro”. Tanto na literatura estrangeira quanto na brasileira, as tentativas de superação desta visão limitam-se a demonstrar que as “periferias” destes “centros” representam desdobramentos, cópias, emulações, adaptações, ou casos empiricamente interessantes de um sistema que se formaria no epicentro da modernidade, a Europa. Mais do que um problema metodológico, este ponto remete aos problemáticos fundamentos epistemológicos dessas teorias, essencialmente pautadas em concepções de modernidade e capitalismo pouco atentas às críticas pós-colonial e decolonial que vêm sendo desenvolvidas ao menos desde os anos 1990, para não mencionar trabalhos pioneiros ainda mais antigos. Ressaltar esta lacuna é fundamental porque uma análise da neoliberalização da universidade e do sistema científico global precisa ser sensível às formações efetivamente globais dos discursos, práticas e subjetividades neoliberais. Isso significa não apenas integrar de modo pleno os continentes asiático, africano e latino-americano nos processos de formação do sistema universitário global e sua economia, mas de reconhecer que, historicamente, não é possível pensar o capitalismo descolado do colonialismo e, atualmente, não é possível pensar o neoliberalismo descolado da pós-colonialidade do mundo contemporâneo.

Nesse contexto, mais do que um estudo de caso, considero que as circulações acadêmicas Sul/Norte permitem ampliar o debate sobre neoliberalismo ao explicitar sua natureza pós-colonial. Dito de outro modo, essas circulações Índia-Europa têm o mérito de visibilizar outras faces do modelo econômico prevalecente (o capitalismo neoliberal) do que a literatura influenciada pela abordagem sistêmica de Immanuel Wallerstein (1974) tem chamado de sistema-mundo colonial/moderno (MIGNOLO, 2000). Do ponto de vista teórico, inscrevo-me no esforço que tem sido realizado para compreender de um ponto de

vista pós-colonial temas como capitalismo, globalização e transnacionalismo (Krishna 2009). A globalização não é vista aqui como forma de superação histórica do colonialismo, ou marca de um mundo contemporâneo não-mais-colonial, mas como uma atualização contemporânea de sistemas econômicos e políticos que não nasceram de um vazio histórico. Nesse sentido, de acordo com Aníbal Quijano, a globalização e seus avatares pós-modernos (como transnacionalismo) carregam consigo a persistente “colonialidade do poder” (QUIJANO, 2010) intrínseca às atuais relações Norte-Sul, isto é, uma herança de desigualdade estrutural nas relações globais que não esvanecem com o recente fim dos impérios coloniais. Como diria Stuart Hall, o pós-colonial não é sinônimo de “após o colonial”, mas um conceito que “pode nos ajudar a descrever ou caracterizar a mudança nas relações globais” e “identificar o que são essas novas relações e disposições de poder que estão emergindo na nova conjuntura” (HALL, 1996, p. 246).

Ao mesmo tempo, não se trata aqui de sugerir que o mundo contemporâneo reproduz relações de poder similares ao mundo colonial através do neoliberalismo – o que seria uma afirmação heurísticamente pobre –, mas de insistir no fato de que para entendermos transformações contemporâneas no sistema econômico global do qual fazem parte as universidades é preciso entendermos as complexas formas de existência da colonialidade dessas relações e sobretudo suas atualizações. Certamente, a precariedade pode ser uma forma de descensão social experimentada por muitos pesquisadores em todos os países, mas um olhar sobre a questão pós-colonial pode nos permitir compreender uma faceta inexplorada da precarização. Vejamos como.

#### **4. Mobilidade e precariedade**

A grande maioria dos meus interlocutores vem da classe média e alta indiana historicamente privilegiada do ponto de vista econômico e social. Além da estabilidade profissional das ocupações mais comuns dessas famílias (médico, professor universitário, diplomata, funcionário público e executivo empresarial), ser classe média na Índia significa historicamente pertencer a redes familiares bem conectadas em todos os níveis do estado (SINHA, 2014) e da esfera privada - inclusive dentro de instituições científicas indianas e estrangeiras. Trata-se de uma geração de pessoas nascidas nos anos 1980 que nunca duvidaram

da garantia de um futuro profissionalmente estável, historicamente assegurado a essas classes médias por estruturas de privilégio (FERNANDES, 2006). Entretanto, os anos 1990 foram marcados pela chamada "liberalização econômica", termo que designa uma série de transformações que tiveram efeitos importantes sobre as trajetórias educacionais desses sujeitos: enquanto as universidades europeias se abriam, pela primeira vez, à contratação de pesquisadores não europeus, antes raros nos quadros dessas instituições, as universidades indianas "se integravam" no mercado acadêmico "global" adotando políticas neoliberais que se expressavam na precarização do trabalho acadêmico e nas lógicas de produtividade. Mas para além do campo das políticas científica e econômica, esse movimento era alimentado pela crescente prevalência de políticas culturais na redefinição da universidade do século 21. Isso se expressa no investimento em "diversidade" dos corpos docentes acompanhado da atração crescente de jovens das classes médias e altas do Sul Global, além das prósperas diásporas locais, que buscam instituições ao mesmo tempo "cosmopolitas" e nas quais possam também se reconhecer culturalmente (BÉNÉÏ, 2005).

A natureza pós-colonial dessas estratégias de capitalização sobre a diversidade e a mobilidade reside no modo como essas instituições recorrem a um imaginário historicamente cristalizado ao longo de mais de dois séculos de circulações intelectuais entre a Europa e a Ásia do Sul. Eis como uma história pós-colonial é atualizada em sua versão neoliberal, pois enquanto a circulação de estudantes entre a Índia e a Europa (especialmente a Inglaterra) data pelo menos do início do século 20, com a fundação da *Escola de Estudos Orientais* em 1916, a abertura ao recrutamento de pesquisadores de antigas colônias é um fato novo, pois até o início dos anos 2000, as instituições europeias tinham uma política científica muito clara: acolher estudantes, mandar pesquisadores de volta. A experiência de um de meus interlocutores, um professor aposentado da Universidade de Calcutá, que estudou na Inglaterra nos anos 1980, atesta isso:

Na época em que eu morava lá [no Reino Unido], estávamos nos aproximando do final dos anos 1970. Nos anos 1960 foi mais difícil, meu pai teve que lidar com... ele tinha sido treinado no MIT [Massachusetts Institute of Technology] e no caso dele, na universidade onde ele trabalhava, eles disseram de uma maneira muito simples, 'só podemos mantê-lo com contratos temporários, porque os empregos permanentes são reservados aos cidadãos ingleses'. Por outro lado, temos compromisso de enviar de volta para a Índia o mesmo número de indianos que recebemos". Havia um compromisso do governo, por isso era muito difícil justificar o... Mas já quando eu morava na Inglaterra, já



era um pouco menos assim.

A geração de pesquisadores indianos que partiu para a Europa para seus estudos de doutorado a partir dos anos 2000 foi confrontada com uma dupla transformação, pois se uma carreira na Europa estava gradualmente se tornando um projeto viável para pesquisadores do Sul Global, as posições permanentes estavam se tornando mais e mais competitivas para todos. Diante desta situação, salvo raras exceções, jovens pesquisadores que queriam ficar na Europa tiveram que aceitar posições temporárias, o que implicava, entre outras coisas, um status legal frágil com os serviços de migração. É claro que retornar à Índia é sempre uma opção para esses pesquisadores, e muitos o fazem de bom grado e com êxito. Como verifiquei durante meu trabalho de campo na Índia, o valor que um diploma europeu pode ter no mercado acadêmico indiano garante posições de alta renda no país, especialmente nas novas instituições privadas que treinam as elites locais.

Entretanto, aqui fica claro a colonialidade do poder, ou seja, o fato de que a colonização forjou instituições, desejos, formas de conhecimento e subjetividades que estão profundamente ligadas a certos imaginários eurocêtricos extremamente enraizados no modo como intelectuais do Sul projetam uma trajetória acadêmica. A maioria de meus interlocutores veio de famílias anglófonas, formadas em instituições concebidas a partir de modelos europeus, para quem ir para a Europa ou para os Estados Unidos é um passo "natural" em sua formação: no âmbito de um imaginário pós-colonial, que foi produzido através de mais de dois séculos de intercâmbio intelectual, ir para a Europa pode ser, para parafrasear Stuart Hall, como voltar para casa (HALL, 1997).

Além disso, o desejo de construir uma carreira na Europa não se restringe a uma classe de famílias privilegiadas pelos vínculos que possam ter tido historicamente com o projeto colonial. Mais recentemente, estudantes e jovens pesquisadores de famílias mais modestas também foram influenciados por um imaginário certamente mais contemporâneo, mas que não está descolado daquele que acabo de descrever. Isso se expressa claramente nas diferenças discursivas entre meus interlocutores mais seniores (que estudaram na Europa entre os anos 1960 e 1990) e aqueles mais jovens (que partiram para a Europa a partir dos anos 2000): enquanto as narrativas dos primeiros evocam um léxico claramente pós-colonial (a independência da Índia, projetos de desenvolvimento e modernização do país, o migrante que deve retornar ao país), os segundos mobilizam um léxico próprio ao transnacionalismo (a Índia

como potência global, a figura do cidadão global, a globalização da ciência) enquanto discurso oficial das instituições universitárias (a era do cosmopolitismo, da circulação, da diversidade cultural e da justiça no acesso à educação superior). E é precisamente através deste duplo prisma - pós-colonial e transnacional - que devemos entender o processo pelo qual as universidades europeias estão se abrindo ao recrutamento de pesquisadores do Sul Global e, consequentemente, a especificidade da precariedade associada a esses sujeitos.

A ascensão das políticas culturais na universidade fez da diversidade um bem, uma espécie de valor agregado, sobre o qual as universidades capitalizam na medida em que se tornam instituições voltadas à produção e gestão de bens abstratos como o conhecimento e dados, mas também visões legítimas de mundo e de políticas sociais e econômicas que ensinam às elites globais (SRIVASTAVA, 1998). Isto se relaciona, por exemplo, com suas estratégias para atrair estudantes estrangeiros que pagam taxas muito altas - como os estudantes da diáspora indiana na Inglaterra que querem ter aulas com professores indianos - mas também com a ideia de cosmopolitismo cultural cada vez mais associada aos padrões de excelência nas chamadas instituições "globais". Além disso, uma dimensão importante da economia global do conhecimento, ainda que muito menos discutida, reside no fato de que junto a esses pesquisadores da periferia circula um conjunto de capital simbólico e financeiro pelo qual as universidades europeias se interessam.

## **5. Universidades, diásporas e diversidade**

Um número importante de centros de pesquisa sobre a Índia foi fundado nos últimos quinze anos na Europa com financiamento do governo e empresas indianas. Nestes centros dedicados aos estudos indianos circulam um grande número de pesquisadores permanentes e precários, configurando-se lugares para encontros e intercâmbios, como também para a atualização de questões geopolíticas de grande importância entre esses países.

Durante meu trabalho de campo no Reino Unido em 2015, pude acompanhar os protestos contra a visita oficial de Narendra Modi, o primeiro-ministro indiano filiado ao partido de extrema-direita nacionalista hindu (BJP). Uma das principais frentes destas mobilizações foi organizada por uma seção de estudantes e pesquisadores indianos e indianistas sediados na Universidade de Cambridge que se opôs ao convite oficial estendido por esta

última ao Modi. A universidade acabaria revertendo sua decisão e cancelando o convite enviado ao primeiro-ministro. O interesse de Cambridge por esta aliança tinha um objetivo bastante claro e compartilhado com outras universidades britânicas: fomentar uma diplomacia científica baseada na atração de estudantes tanto indianos quanto britânicos de uma diáspora indiana cada vez mais influente econômica e politicamente. Ou seja, esta aliança vislumbrava a garantia de recursos através de taxas de matrícula e volumosos investimentos públicos e privados indianos.

Uma série de acordos tornados públicos pelo Consulado Geral da Índia trazem os números relativos a parcerias indo-britânicas com Cambridge, Oxford e King's College London à época da visita<sup>7</sup>. Muito além da esfera do simbólico, a colonialidade das relações de poder constitutivas do mundo contemporâneo influencia as dinâmicas relações de poder que definem os princípios e condições da produção e circulação de pesquisadores, de seu reconhecimento acadêmico, assim como as possibilidades concretas de financiamento da pesquisa, tanto na Europa como em outros lugares. O que está em jogo aqui é a hegemonia, em um espaço de lutas competitivas, sobre a formação de estudantes que constituem uma elite que fará a ponte entre o Norte e o Sul Global - neste caso, entre o Reino Unido e a Índia.

Formar essas elites significa formar uma elite pós-colonial anglófila que já se constitui, graças a longa consolidação histórica de um sistema de educação montado em contexto colonial, em grande parte enquanto “uma classe média pós-independência imersa nos seus próprios contos dos jovens que tudo conquista, modernista, defensor do livre-mercado e construtor de pontes entre um Ocidente progressista e uma Índia invariavelmente retrógrada” (SRIVASTAVA, 1998, p. 7, *minha tradução*). A conjunção entre colonialidade e neoliberalismo aparece aqui como uma nova face da universidade britânica que se reapropria de uma história

---

<sup>7</sup> A título de exemplo, o Cambridge Centre for Indian Business e seu Jawaharlal Nehru Professorship foram criados em 2008, após uma subvenção de £3,2 milhões do Governo da Índia. O Tagore Centre for Global Thought no King's India Institute foi fundado em 2013 em comemoração ao 150º aniversário de Rabindranath Tagore com uma contribuição de £337.575 do Ministério da Cultura da Índia. O Oxford India Centre for Sustainable Development, por sua vez, recebeu um investimento de £3 milhões do governo indiano. Os cruzamentos entre política científica e de Estado ficam muito claros na sugestão de renomeação, feita pelo governo indiano em 2016, do Indira Gandhi Centre for Sustainable Development, criado em 2013 pelo governo Manmohan Singh do Partido do Congresso (partido de centro-esquerda de Jawaharlal Nehru). A sugestão de renomeação foi feita pelo Alto Comissariado da Índia no Reino Unido através de um Brief Educacional detalhando uma série de parcerias de educação e pesquisa entre a Índia e o Reino Unido (HIGH COMMISSION OF INDIA, 2016). Indira Gandhi, muito antes de ter servido como primeira-ministra da Índia, foi estudante de História Moderna em 1937 na Somerville College, a instituição a qual o centro está ligado.

colonial afim de ressignificar suas narrativas e legados, através do discurso eufemístico da diversidade e do cosmopolitismo, assegurando a formação de uma elite cuja diferença étnica é “moderna” porque é enquadrada em uma sensibilidade decolonial cada vez mais reivindicada pelas instituições britânicas e cuja identificação a lógicas morais e econômicas está enraizada em uma longa história que continua a ser atualizada.

Como lembra Sanjay Srivastava em sua obra sobre o famoso internato indiano Doon School, as instituições de ensino de pretensão nacional e internacional são lugares privilegiados da construção cultural e subjetiva de cidadãos (neste caso, “cidadãos globais”) que devem estar à altura dos padrões da *intelligentsia* da qual fazem parte através de uma dupla competência. Por um lado, devem subjetivar as posições de uma classe “liberal” nos níveis econômico e moral, dedicada aos discursos de progresso e de razão próprios a certas noções de modernidade. Isto implica uma afinidade com certas ideologias políticas (democracia) e econômicas (livre mercado) e estilos de vida (urbano), mas também a posse de certos capitais linguísticos (especialmente de língua inglesa) e culturais (tanto “ocidentais” quanto indianos). Por outro lado, eles devem se tornar competentes na gestão de recursos e instituições. Além da retórica, estes jovens são treinados para a administração do capital e para o florescimento das instituições econômicas e burocráticas que irão integrar. É por isso que Srivastava fala da cidadania (deste “cidadão moderno”) como uma categoria cultural: ela marca a distinção entre aqueles grupos que têm acesso, através dessas competências, aos benefícios da proximidade com o Estado e aqueles que não o têm.

As universidades e centros de pesquisa etnografados constituem, no coração das circulações e questões geopolíticas eminentemente pós-coloniais, mais do que nunca um espaço de produção institucional de ideologias e subjetividades sintonizadas com certas formas de gestão de capital. Seguem-se duas considerações relativas a tais (a) subjetividades e ao (b) capital. Quanto à subjetividade, considerando as teorias de Dardot e Laval acima mencionadas, segundo as quais a principal mercadoria da era neoliberal é de natureza eminentemente abstrata (capital financeiro, informação, dados pessoais, conhecimento, diversidade cultural, etc.), ou que seu principal capital é o capital humano, então a ideia de uma economia do conhecimento como a que nos descreve Susan Wright (2016) confirma-se na medida em que tal contexto a ciência e as políticas culturais se fundem em uma nova forma neoliberal de economia do conhecimento. A diversidade cultural é um bem da universidade neoliberal, sobre o qual cada pesquisador deve capitalizar na produção dessas trajetórias precárias.

Assim, podemos dizer que uma das dimensões etnográficas da universidade neoliberal reside em sua demanda por redes acadêmicas levadas a cabo por pesquisadores que saibam capitalizar suas posições intermediárias dentro deste espaço pós-colonial. Em outras palavras, esta universidade treina para administrar um novo tipo de capital humano e simbólico, o pós-colonial, que é construído em um espaço de mobilidades anunciadas como decoloniais. Aqui, uma história pós-colonial de circulações, ou melhor, um conjunto de narrativas e imaginários históricos sobre essas circulações, é reativada sob a forma de um capital simbólico caro à universidade.

### **Considerações finais**

Tanto as instituições europeias quanto as indianas estão bem conscientes de uma coisa: na Europa, as elites indianas estão sendo treinadas (assim como outras, é claro) e a questão em jogo é que tipo de treinamento esses jovens receberão. Em um mundo pós-colonial com inclinação neoliberal, uma potência emergente como a Índia, com uma diáspora de 80 milhões de pessoas espalhadas por todos os continentes, procura afirmar seus valores em seu projeto de se tornar uma potência global. Isto implicaria em uma estratégia agressiva de moldar as instituições de treinamento de suas elites. Por sua vez, a Europa também procura manter sua hegemonia no campo da educação universitária enquanto se adapta aos desenvolvimentos geopolíticos nos quais a universidade desempenha um papel estratégico. De fato, o processo de casualização só pode ser compreendido localmente através do prisma da dinâmica global de treinamento tanto das massas quanto das elites de acordo com certas visões de mundo que refundaram a universidade do século 21. Esta última está se tornando um espaço de formação de gestores do futuro, de recursos certamente econômicos, mas sobretudo simbólicos, cada vez mais valorizados no mercado global, como a diversidade, a cultura, o conhecimento, os direitos e a ideia do futuro.

O mesmo é válido para a precariedade na universidade. A casualização desenfreada do trabalho acadêmico na Europa não é apenas o resultado de políticas econômicas concebidas no continente e aplicadas em escala global com resultados mais ou menos similares *urbi et orbi*. A dinâmica associada a ela é de fato mais complexa, e ainda mais no que diz respeito à reconfiguração das relações de poder entre o Norte e o Sul global. Por essa razão, afirmar que a Europa, incluindo a França, está enfrentando sua história pós-colonial não deveria ser uma

grande surpresa; na realidade, ela está agora enfrentando os efeitos menos óbvios de uma globalização baseada em seu passado colonial. E a precariedade, em suas múltiplas formas segundo a posicionalidade dos sujeitos que ela alcança, tanto no Sul como no Norte global, é outro elemento do novo espírito do capitalismo universitário.

## Referências

AGIER, Michel. *La Condition Cosmopolite*. Paris: La découverte, 2013.

AHMED, Sara. *On being included. Racism and diversity in institutional life*. Durham / London: Duke University Press , 2012.

ARABANDI, Bhavani. "Globalization, Flexibility and New Workplace Culture in the United States and India." *Sociology Compass*, 2011: 525–539.

BARBIER, Jean-Claude. "La précarité, une catégorie française à l'épreuve de la comparaison internationale." *Revue Française de Sociologie* 46, no. 2 (2005): 351-371.

BAYLY, Susan. *Asian voices in a postcolonial age: Vietnam, India and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

BÉNÉÏ, Véronique. "Nations, diaspora and area studies. South Asia, from Great Britain to the United States." In *Remapping knowledge. The making of South Asian Studies in India, Europe and America (19th-20th centuries)*, by Jackie Assayag, & Véronique Bénéï, 53-96. Delhi: Three Essays Collective, 2005.

BERLANT, Lauren. *Cruel optimism*. Durham: Duke University Press, 2011.

BOURCIER, Marie-Hélène/Sam. "Le nouveau conflit des facultés : biopouvoir, sociologie et queer studies dans

l'université néo-libérale française." *SociologieS*, mars 2016.

BOURDIEU, Pierre. *Contre-feux. Propos pour servir à la résistance contre l'invasion néo-libérale*. Paris: Raisons d'agir, 1998.

BRAUDEL, Fernand. "Histoire et sciences sociales: la longue durée." *Annales. Économies, sociétés, civilisations* 13, no. 4 (1958): 725-753.

BUREAU, Marie-Christine, and Antonella Corsani. "New forms of employment in a globalised world : three figures of knowledge workers." *Work, Organisation, Labour & Globalisation* 10, no. 2 (2016): 101-112.

BUTLER, Judith. *Precarious life. The powers of mourning and violence*. London and New York: Verso Books, 2004.

BUTLER, Judith, and Athena Athanasiou. *Dispossession. The performative in the political. Conversations with Athena Athanasiou*. Cambridge: Polity Press, 2013.

CHATTERJEE, Partha. *Social Science research capacity in South Asia. A report*. New York: Social Science Research Council, 2002.

DARDOT, Pierre, and Christian Laval. "Néolibéralisme et subjectivation capitaliste." *Cités* 41, no. 1 (2010): 35-50.

D'AUBIGNÉ, Agrippa. *Histoire universelle*. T. 1, 1553-1559. Paris: Société de l'Histoire de France, 1886 [1616].

DONNER, Henrike. "Children are Capital, Grandchildren are Interest': Changing Educational Strategies and Parenting in Calcutta's Middle-Class Families." In *Globalizing India. Perspectives from Below*, by Jackie Assayag, & C.J. Fuller, 119-139. London: Anthem Press, 2005.

ERGÜL, Hakan, and Cosar Simten. *Universities in neoliberal era. Academic cultures and critical perspectives*. Londres: Palgrave Macmillan, 2017.

EUROPEAN COMMISSION. "A new ERA for Research and Innovation." Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions, 2020.

EUROPEAN UNIVERSITY ASSOCIATION. *Bologna seminar doctoral programmes for the European knowledge society*. , European University Association, 2005.

FERNANDES, Leela. *India's New Middle Class: Democratic Politics in an Era of Economic Reform*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006.

FERREIRA, Vinicius Kauê. "'I left too late, I go back too often': sentiments of belonging amongst Indian scholars in the United Kingdom." *Virtual Brazilian Anthropologist - Vibrant* 17 (2020): 21 pgs.

FERREIRA, Vinicius Kauê. "A casa e o mundo: família e trajetórias educacionais entre pesquisadores indianos na Europa." In *Família, gênero e memória: diálogos interdisciplinares entre França e Brasil*, by Miriam Pillar Grossi, Leandro Castro Oltramari, & Vinicius Kauê Ferreira, 266-

293. Brasília / Florianópolis: ABA / Tribo da Ilha, 2020.

FERREIRA, Vinicius Kauê. "Impactus." *Novos Debates* 6, no. 1-2 (2020): e6210.

FERREIRA, Vinicius Kauê. "Moving futures. Anthropological reflections on academic mobility and precarious life amongst South Asian Social scientists in Europe." *Indian Anthropologist* 47, no. 1 (2017): 51-68.

GAFFIOT, Félix. *Dictionnaire Latin-Français*. Paris: Hachette, 1932.

GILL, Rosalind, and Ngaire Donaghue. "Resilience, apps and reluctant individualism: Technologies of self in the neoliberal academy." *Women's Studies International Forum* 54 (2015): 91-99 .

GLEDHILL, John. "Governando o ensino superior: Lições da Grã-Bretanha para o Brasil." *Novos Debates* 6, no. 1-2 (2020): e6217.

HÖHLE, Ester Ava, and Ulrich Teichler . "Career and Self-Understanding of Academics in Germany in Comparative Perspective." In *Biographies and Careers throughout Academic Life*, by Jesús F. Galaz-Fontes, Akira Arimoto, Ulrich Teichler, & John Brennan, 241-271. Springer, 2016.

HALL, Stuart. "Old and new identities, old and new ethnicities. ." In *Culture, globalization and the world-system: contemporary conditions for the representation of identity*, by Anthony King, 41-68. . Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

HALL, Stuart. "When was 'the post-colonial'? Thinking at the limit." In *The post-colonial question*, by Iain Chambers, & Lidia Curti, 242-260. Londres et New York: Routledge, 1996.

HARVEY, David. *A Brief History of Neoliberalism*. New York: Oxford University Press, 2005.

HIGH COMMISSION OF INDIA. *Education Brief*. Dec. 1, 2016.

KERR, Clark. "The idea of a multiversity." In *The uses of the University*, by Clark Kerr, 1-45. Cambridge, Mass./London: Harvard University Press, 1963.

KHOSRAVI, Shahram. *Precarious lives. Waiting and hope in Iran*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2017.

KNOWLES, Caroline, and Roger Burrows. "The impact of impact." *Etnográfica* 18, no. 2 (2014): 237-254.

KRISHNA, Sankaran. *Globalization and postcolonialism. Hegemony and resistance in the twenty-first century*. Plymouth, UK: Rowman & Littlefield Publishers, 2009.

LEITE, Elaine da Silveira. "Por uma sociologia da autoajuda: o esboço de sua legitimação na sociedade contemporânea." *História, Ciências, Saúde* 26, no. 3 (2019): 917-932.

LOVEDAY, Vik. "The neurotic academic: anxiety, casualisation, and governance in the neoliberalising university." *Journal of Cultural Economy* 11, no. 2 (2018): 154-166.

MAIA, João Marcelo. "Ciências Sociais, Trabalho Intelectual e Autonomia: Quatro Estudos de Caso sobre Nós Mesmos." *Dados* 62, no. 2 (2019): 2019.

MARX, Karl, and Friedrich Engels. *Manifeste du Parti Communiste*. Paris: Editions Sociales, 1962.

MAUSS, Marcel. "Essai sur le don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques." *L'Année Sociologique*, 1923: 30-180.

MIGNOLO, Walter D. *Local Histories/Global Designs: Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2000.

MIGNOLO, Walter D. "The North of the South and the West of the East." *Ibraaz*. November 2014. <https://www.ibraaz.org/essays/108/> (accessed Mar. 3, 2021).

MITCHELL, Jon P. "Anthropologists behaving badly? Impact and the politics of evaluation in an era of accountability." *Etnográfica* 18, no. 2 (2014): 275-297.

ORTNER, Sherry B. "On Neoliberalism." *Anthropology of this Century*. May 2011.

PEACOCK, Vita. "Academic precarity as hierarchical dependence in the Max Planck Society." *HAU Journal of Ethnographic Theory*, 2016a: 95-119.

PIERRET, Régis. "Qu'est-ce que la précarité?" *Socio* 2 (2013): 307-330.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidade do poder e classificação social." In *Epistemologias do Sul*, by Boventura de Souza Santos, & Maria Paula Menezes, 84-130. São Paulo: Cortez, 2010.

ROWLANDS, Julie, and Susan Wright. "The role of bibliometric research assessment in a global order of epistemic injustice: a case study of humanities research in Denmark." *Critical Studies in Education*, 2020.

SARKAR, Swatahsiddha. "The Idea of a University in India." *Economic and Political Weekly* 14, no. 4 (2020).

SINHA, Soumodip. "A Study of/on India's Middle Class." *Novos Debates* 1, no. 1 (2014): 39-46.

SRIVASTAVA, Sanjay. *Constructing Post-colonial India: National Character and the*



*Doom School*. London and New York: Routledge, 1998.

STANDING, Guy. *The precariat: the new dangerous class*. New York: Bloomsbury Academic, 2011.

STRATHERN, Marilyn. *Audit cultures: anthropological studies in accountability, ethics, and the academy*. New York: Routledge, 2000.

TASSET, Cyprien. "La mesure des précaires : Revisiter la genèse de l'idée de précarité à la lumière des rapports à la quantification." *Sociologie et sociétés* 49, no. 1 (2017): 215-237.

TEEUWEN, Rudolphus, and Steffen Hantke. *Gypsy scholars, migrant teachers and the global academic proletariat: adjunct labour in higher education*. New York: Rodopi, 2007.

THAPAR, Romila. *The public intellectual in India*. New Delhi: Aleph Book Company, 2015.

WACQUANT, Loïc. "Three steps to a historical anthropology of actually existing neoliberalism." *Social Anthropology / Anthropologie Sociale* 20, no. 1 (2012): 66-79.

WACQUANT, Loïc. "Repenser le ghetto. Du sens commun au concept sociologique." *Idées Economiques et Sociales*, no. 167 (2012): 14-25.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press, 1974.

WRIGHT, Susan. "Universities in a knowledge economy or ecology? Policy, contestation and abjection." *Critical Policy Studies*, 2016: 1-20.